

Nota biográfica de Maria Antonina do Espírito Santo Lima

por

José Pedro Pontes

Como todos sabem, falar de Antonina Lima é também falar de mim próprio, uma vez que estivemos casados entre 1981 e 2008, ano do seu falecimento.

Na sequência de uma solicitação do CESA, vou procurar salientar os aspetos mais importantes da biografia da Antonina como professora universitária e investigadora, tendo exercido uma parte importante da sua atividade no centro de investigação cuja origem se comemora hoje.

A minha intervenção contém quatro partes, a primeira das quais inclui os principais dados biográficos. Na segunda parte, irei focar os documentos associados aos graus académicos da biografada. Na terceira parte, vou resumir os conteúdos dos artigos publicados em revistas científicas. Finalmente, irei referir os trabalhos da Antonina produzidos no contexto da sua pertença ao CESA.

1. Dados biográficos principais

Antonina Lima nasceu em 1952, tendo frequentado a licenciatura de Economia no atual ISEG entre 1969 e 1974.

Exerceu atividade docente no ensino superior no ISCTE, entre 1975 e 1977 e na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra entre 1978 e 1980 e no atual ISEG entre 1981 e 2008, ano em que faleceu.

Concluiu em 1985 um *DEA* ou *Diplôme d'Études Approfondis* da Universidade de Paris-X Nanterre e, em 1991, terminou um *Doctorat de 3eme Cycle*, na mesma universidade. Existia então um protocolo de cooperação entre o atual ISEG e esta universidade francesa que enquadrava este tipo de formação avançada.

Enquanto docente, a Antonina lecionou uma ampla diversidade de disciplinas, mas as suas áreas de especialidade foram a Economia Internacional, em que a sua atividade foi enquadrada pelo *Centro de Estudos em Economia Internacional*

(CEDIN), e a Economia do Desenvolvimento, sendo neste caso enquadrada pelo CESA. Ela haveria mesmo de integrar a Direção do CESA como Vice-Presidente entre 1996 e 1998.

Além da sua carreira universitária, a Antonina desenvolveu uma atividade assinalável no setor da Saúde, como voluntária e dirigente de associações de apoio público a doentes oncológicos, em particular a mulheres vítimas do cancro da mama.

2. Os documentos associados à formação de Antonina Lima

O primeiro documento que referirei é o *Mémoire* do *Diplomes d' Études Approfondis* (DEA), que hoje designaríamos como uma “tese de mestrado”, defendida em Outubro de 1984 pela Antonina na Universidade de Paris X-Nanterre com o título *L'Idée du Protectionisme selon la Nouvelle École de Cambridge*.

O ponto de partida deste trabalho é a teoria da proteção em comércio externo elaborada por um grupo de economistas britânicos do Departamento de Economia Aplicada da Universidade de Cambridge, dos quais os mais salientes foram Wynne Godley e Francis Cripps, e veiculada em artigos publicados entre 1974 e 1982. Este grupo é vulgarmente conhecido como a *Nova Escola de Cambridge* (NEC).

A teoria tradicional do protecionismo assentava no chamado “argumento da indústria nascente”, segundo a qual devem ser penalizadas através de tarifas e de controlos quantitativos as importações de bens manufaturados cuja produção implique economias de escala dinâmicas e se encontrem numa fase inicial de estabelecimento no país. À medida que a produção local destes bens se expande gerando acréscimos de eficiência e produtividade, tal proteção poderia ser então dispensada. Deste modo, a proteção comercial deveria ser *seletiva* em termos de produtos, mas *indiscriminada* quanto à origem dos mesmos em termos de nações, respeitando-se sempre a chamada “cláusula da nação mais favorecida”.

O protecionismo de acordo com a NEC é muito diferente e releva de um argumento de natureza keynesiana transposto para a economia internacional. A base desta visão é o chamado “multiplicador do comércio externo” devido a Roy Harrod e depois retomado por economistas como Nicholas Kaldor e Anthony Thirlwall, que podemos resumir do modo seguinte,

Suponhamos que, devido a um choque exógeno as exportações de um país se reduzem. No longo prazo, o equilíbrio da balança comercial (que aqui, para simplificar, consideraremos idêntica à balança de transações correntes e à balança de pagamentos) deve ser mantido, implicando uma redução das importações.

Consideramos que as importações têm dois componentes, a saber:

- Um componente autónomo, que depende do preço dos bens importados face aos produzidos localmente.

- Um componente diretamente associado ao nível do rendimento agregado do país.

Assim, um país externamente deficitário pode ajustar-se reduzindo o seu produto agregado à custa de mais desemprego, ou pode contrair as importações aplicando tarifas mais altas às que provêm de países com que mantém um défice comercial, sendo que a segunda via lhe permite manter o nível de produto agregado e de emprego.

A NEC propõe assim uma proteção *indiscriminada* em termos de produtos, mas *seletiva* em termos de parceiros comerciais. Neste contexto, o rendimento e o emprego mundiais podem ser mantidos se os países comercialmente deficitários aplicarem tarifas mais altas aos produtos importados de países excedentários. A crítica feita pela Antonina a este tipo de protecionismo consiste em que ele é irrealista dada a atual organização do comércio mundial baseada na “cláusula da nação mais favorecida” e que quase completamente retira aos estados nacionais a capacidade de gerir a sua integração da economia mundial, a qual forma um sistema estreitamente integrado.

O segundo documento formativo é a sua Tese de Doutoramento intitulada *Les Enjeux du Protectionisme – Les Barrières Non-Tarifaires* defendida em 1991 na Universidade de Paris-X, sob a supervisão do Professor Charles-Albert Michalet.

Ao contrário do *mémoire* de mestrado, esta dissertação de Doutoramento não se baseia num modelo teórico, mas salienta a dissociação no período em causa – as décadas de 60, 70 e 80 do século passado – entre a “teoria oficial” sobre a evolução do comércio internacional e a “prática” do mesmo.

Assim, de acordo com o discurso defendido publicamente, ter-se-á verificado uma forte liberalização das trocas internacionais com a redução dos direitos aduaneiros para níveis historicamente baixos de 5 ou 6% para os países desenvolvidos através dos acordos do GATT, principalmente o *Tokyo Round* e o *Kennedy Round*. Contudo, durante o mesmo período, teve lugar um significativo aumento das barreiras não-tarifárias ao comércio, as quais são “menos visíveis” do que as tarifas. Estas barreiras são múltiplas, mas elas partilham algumas características.

Em primeiro lugar, elas tomam geralmente a forma de restrições quantitativas, ou seja, quota ou contingentes sobre as importações de um produto ou grupo de produtos, sendo relativamente raros os controles que incidem sobre o preço do bem importado.

Em segundo lugar, enquanto de acordo com as regras do GATT os direitos aduaneiros são fixados *multilateralmente*, as restrições não-tarifárias são estabelecidas *bilateralmente* entre o país importador e o país exportador (ou a indústria exportadora).

Por último, a natureza bilateral das restrições não-tarifárias deriva frequentemente também de um acordo entre as partes importadora e exportadora, como acontece com as chamadas “restrições voluntárias às exportações”, que são no fundo formas de organização do comércio internacional fora dos mecanismos de mercado.

Ou seja, a formação da economia mundial é consistente com uma atuação dos estados nacionais de incentivo à atividade produtiva local pela imposição de controles sobre as importações, estimulando o chamado “investimento direto de contorno” das barreiras comerciais. Assim, não existe uma “doutrina única” do comércio internacional, i.e., “comércio livre” versus “protecionismo”, devendo a realidade ser interpretada mediante uma combinação realista de ambas.

Ao contrário do *mémoire* de mestrado, a Tese de Doutorado presta particular atenção a aspetos da Economia do Desenvolvimento, diferenciando as políticas comerciais dos Países Desenvolvidos (ou PDs) e dos Países em Vias de Desenvolvimento (ou PVDs).

Nesta linha de pensamento, é afirmado que as políticas comerciais dos Países Desenvolvidos penalizam relativamente mais os Países em Vias de Desenvolvimento. Por um lado, os direitos aduaneiros sobre as importações provenientes dos Países em Desenvolvimento são mais elevados do que as tarifas médias aplicadas. Por outro lado, a quota dos Países em Desenvolvimento no valor das importações feitas pelo mundo desenvolvido sobre as quais incidem barreiras não-tarifárias excede significativamente a quota destes países nas importações totais. Contudo, segundo a autora, esta penalização em termos relativos não deriva tanto de uma falta de poder negocial dos Países em Desenvolvimento, quanto da natureza da especialização destes países em termos de produtos exportados.

3. O trabalho de investigação na área da Economia Internacional, da Integração Económica e da Política Comercial

As publicações em revista da Antonina continuam a sua Tese de Doutoramento na área da Economia Internacional, da Integração Económica e da Política Comercial, com um enfoque particular no comércio entre Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento

O artigo em francês “La montée des mesures non-tarifaires – les années 80” publicado na revista *Estudos de Economia* em 1994 procura medir a incidência das medidas não-tarifárias, concluindo pela sua maior frequência nas importações que os Países Desenvolvidos fazem provenientes dos PVDs. Contudo, este facto pode não significar uma “discriminação”, sendo explicável pelo tipo de produtos exportados pelos PVDs, tanto mais que essa maior incidência também é detetável no comércio entre PVDs.

O artigo em francês “Le Néo-protectionisme et la Désorganisation des Marchés” publicada na revista *Notas Económicas* editada pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 1994 examina a explicação da incidência das medidas não-tarifárias pelo facto de estas corresponderem a uma forma de “organização” de mercados fortemente penetrados por importações. Esta explicação afigura-se mais provável para as barreiras não-tarifárias que decorrem de um acordo entre importadores e exportadores, tais como as “restrições voluntárias à exportações” e os “acordos de comercialização organizados”, que aliás correspondem a uma parte muito representativa do total das medidas não-tarifárias. A principal conclusão consiste em que a correlação entre a incidência de barreiras não-tarifárias ao comércio e a taxa de penetração do setor pelas importações não se confirma empiricamente, podendo a frequência relativa das barreiras ser antes explicada por um comércio predominantemente intersectorial, característico dos Países em Vias de Desenvolvimento. Pelo contrário, o chamado comércio intra-ramo próprio das trocas entre Países Desenvolvidos parece estar menos sujeito a medidas não-tarifárias.

O artigo “Neo-protecionismo, GATT e acordos regionais (entre a mundialização e a regionalização)” publicado na revista *Economia Global e Gestão* em 1997 foi antes editado como o Documento de Trabalho n. 39 do CESA em 1995, exprimindo a colaboração da Antonina com o este centro de investigação. Este trabalho assinala que o surgimento e a expansão de áreas de integração económica regional, i.e., uniões aduaneiras e áreas de comércio livre, tais como a União Europeia, o NAFTA, o Mercosul, a APEC, pode também contribuir par um fracionamento da economia mundial, embora este resultado não ocorra necessariamente.

O artigo “Regionalisation, Globalisation and the Emerging World Economy: the case of the World Trade Organisation, the Regional Trade Agreements and the European Union” publicado pela revista *Notas Económicas* em 1998 organiza-se em torno de três questões principais. Em primeiro lugar, foca as duas principais tendências na economia mundial durante os anos 80 e 90 do século XX, a “regionalização”, ou formação de áreas económicas integradas, e a “globalização”. Em segundo lugar, trata estas tendências do ponto de vista do sistema comercial internacional, i.e., das negociações do *Uruguay Round* entre 1986 e 1993 e da criação da *Organização Mundial de Comércio*. Finalmente, aborda o reforço da integração europeia com o advento do *Mercado Interno* e a *União Económica e Monetária* e o alargamento da União Europeia para Leste.

Finalmente, temos dois documentos sobre a integração económica e, em particular, o desenvolvimento da União Europeia. O primeiro é um documento de pesquisa do *Institut Orléanais de Finance* (IFOP) intitulado “L’Expérience Européenne des Pays de la Cohésion” em co-autoria com Joaquim Ramos Silva e datado de 1997. Este texto tem por objeto a integração entre economias de diferente nível de desenvolvimento na União Europeia, incidindo sobre os chamados “Países da Coesão” - Irlanda, Grécia, Espanha e Portugal - que são destinatários de Fundos de Investimento específicos. O texto distingue entre a “convergência real” dos países em termos do PIB per capita e a “convergência nominal” das taxas de inflação e das taxas de juro. Ele conclui que ambas tiveram lugar, ainda que no período imediatamente anterior a 1997 uma acrescida exigência dos critérios de “convergência nominal” tenha determinado um abrandamento da igualização dos países em termos dos níveis de desenvolvimento reais.

O artigo “Portugal in the European Union: What Can We Tell the Central and Eastern European Countries?” publicado em 2000 num número especial da revista *The World Economy* editado por P.K.M. Tharakan procura tirar lições da experiência portuguesa na União Europeia para as previsíveis adesões dos países da Europa Central e Oriental (PECOS). Vários aspetos são focados, designadamente as vantagens relativas dos novos países membros, geograficamente mais próximos do núcleo central da EU do que Portugal,

beneficiando ainda de um nível mais elevado de qualificação e formação escolar da sua população ativa, que eventualmente lhes iriam permitir uma maior captação de investimento direto estrangeiro. O artigo acentua, contudo, que a integração dos PECOS na Europa seria necessariamente mais complexa porque menos gradual do que a integração de Portugal, que se desenrolou ao longo de várias fases sucessivas (EFTA, CEE, União Económica e Monetária).

4. Trabalhos de investigação na área dos Estudos de Desenvolvimento e enquadrados pelo CESA

O artigo “Neo-proteccionismo, GATT e acordos regionais (entre a mundialização e a regionalização)” publicado na revista *Economia Global e Gestão* em 1997 foi antes editado como o Documento de Trabalho n. 39 do CESA em 1995, exprimindo a colaboração da Antonina com o centro de investigação.

Além deste Documento de Trabalho, o qual se situa ainda na continuação da Tese de Doutoramento, encontrei dois documentos de trabalho do CESA da autoria da Antonina e que pertencem ao domínio específico dos Estudos de Desenvolvimento. Outros trabalhos podem existir, mas vou-me referir especificamente a estes que pude seleccionar entre o seu espólio.

O Documento de Trabalho n. 30 do CESA de 1993, intitulado “A arquitectura do sistema comercial internacional: a inserção específica dos PVDs”, que é baseado na sua Tese de Doutoramento e que não vou aqui repetir.

O texto “A comunidade para o desenvolvimento da África Austral: competitividade e ambiente num contexto de globalização” em co-autoria com Isabel Mendes, publicado no Anuário do CESA, 2000 e que foi também publicado em inglês como o Documento de Trabalho do CESA n. 55 e ainda em inglês na revista *Journal of Development Alternatives and Area Studies* em 2003. Este artigo discute em que medida a “globalização” é um fator de melhoria do meio ambiente ou, pelo contrário, agrava os problemas ambientais. A mesma questão é debatida no que se refere aos Países em Vias de Desenvolvimento e às experiências de integração económica regional, com particular referência à *South African Development Community* ou SADC, para qual é feita uma revisão dos principais projetos e programas relacionados com preocupações ambientais.